

Inpa prevê volta do desmatamento

Levi Pereira
Enviado Especial

Belém — O processo de desmatamento na Amazônia, que nos últimos quatro anos sofreu uma desaceleração da ordem de 20 por cento, pode voltar a crescer caso não sejam tomadas medidas eficazes em relação ao problema. O alerta partiu do presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Enéas Salatti, que ontem formulou propostas nesse sentido no Seminário Internacional sobre Meio Ambiente, Pobreza e Desenvolvimento da Amazônia (Simdamazônia).

A principal proposta dos pesquisadores do Inpa visa recuperar e preservar as áreas já degradadas pelos desmatamentos. Dados do órgão em conjunto com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram que a Amazônia tem atualmente 40 milhões de hectares desmatados, correspondentes a oito por cento da área total de 500 milhões de hectares.

"Se nós conseguirmos recuperar as áreas degradadas já será um grande avanço, pois assim estaremos evitando que a atividade predatória atinja novas faixas de florestas", observou Enéas Salatti. Ele lembra que a redução dos desmatamentos nos últimos anos ocorreu muito mais em função da crise econômica.

Para Philip Fearnside, pesqui-

sador do Inpa e palestrante no Simdamazônia, há o risco de os desmatamentos voltarem a crescer, em razão da possível estabilização do processo econômico, mas, sobretudo, pela pressão compradora dos mercados internacionais, atualmente abastecidos na maior parte pela Ásia.

Dados do Inpa/Inpe mostram que a taxa anual de desmatamento caiu de 2,1 milhões de hectares em 1990 para 1,5 milhão no ano passado. Para os pesquisadores, no entanto, há poucos motivos de comemoração. O presidente do Inpa reclama que, embora não falem investimentos para os diversos projetos de pesquisas, o órgão se ressentia da escassez de recursos para o seu próprio funcionamento. "O Inpa só está funcionando com 60 por cento de sua capacidade. Os 300 pesquisadores têm as mais elementares carências", ressalta Salatti.

Ele explica que, apesar de haver convênios com vários países, nenhum deles se interessa em liberar recursos para o funcionamento do instituto. "Os organismos internacionais têm o maior interesse em cooperar com as diversas pesquisas, mas quando se trata de ajudar o instituto em si ninguém quer soltar dinheiro". Enéas Salatti informa que para as atividades de manutenção do instituto e continuidade de algumas pesquisas são necessárias, pelo menos, 50 milhões de dólares.

Incrá também é responsável

Para frear o desmatamento na Região Amazônica, de acordo com o pesquisador Philip Fearnside, é preciso que o Governo brasileiro mude de forma sistemática o regime de posse da terra. Atualmente, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) considera o próprio desmatamento uma benfeitoria no processo de titulação, o que para Fearnside representa um estímulo claro à degradação. Segundo ele, antes de se preocupar em fiscalizar, o Governo deve conter a especulação e outros mecanismos de valorização do desmatamento.

Philip Fearnside, do Departamento de Ecologia do Inpa, escreveu dois trabalhos temáticos para a Conferência da ONU, a Rio-92, sobre desmatamento na Amazônia (taxas e causas). Nestes documentos ele afirma que o manejo florestal praticamente não existe, à exceção de alguns poucos experimentos feitos por institui-

ções de pesquisa. Entre os problemas que impedem este manejo, para exploração sustentável, ele aponta a falta de ligação entre as taxas de desconto aplicadas aos retornos futuros e as taxas biológicas que limitam o crescimento e maturidade da floresta. "Desta forma, o manejo acaba sendo uma desculpa, uma cortina de fumaça para a destruição", afirmou.

Dos fatores que mais contribuem para a devastação da Floresta Amazônica, segundo Philip Fearnside (Global 500, da ONU, em 1991), estão as normas estabelecidas pelo Incra em que o produtor desmata uma parcela e recebe cinco vezes mais. Os incentivos tributários também interferem. As empresas que investem na Amazônia se isentam de impostos em outras regiões do País. Maiores impostos para áreas não desmatadas também constituem-se forte estímulo ao desmatamento. Fearnside explicou que o grosso do lucro do "produtor" não vem da produção agrícola, mas de áreas que são desmatadas e estocadas para a venda. Esta venda rende mais que qualquer produção pois, especulação cresce muito mais que a inflação.